

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
SIGLAS	9
COORDENADORES	11
OUTROS AUTORES	13
INTRODUÇÃO	19

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO SALÁRIO DIGNO (*LIVING WAGE*)

CAPÍTULO 1 – SALÁRIO DIGNO (*LIVING WAGE*):

QUADRO TEÓRICO DE ANÁLISE	35
JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA	
1.1. Introdução	35
1.2. <i>Living Wage</i> : as origens históricas	37
<i>Mark Oldroyd, um industrial</i>	38
<i>John Ryan, um teólogo</i>	41
<i>Philip Snowden, um político trabalhista</i>	44
1.3. O Salário Digno na história da Economia Política	45
<i>Sustentabilidade</i>	46
<i>Capabilidades</i>	49
<i>Externalidades</i>	50
1.4. O desenvolvimento do conceito de Salário Digno/ <i>Living Wage</i>	51
<i>Uma clarificação de conceitos de Salário Digno (living wage)</i>	51
<i>Outros conceitos relevantes: salário de equilíbrio (fair wage) e salário justo (just wage)</i>	54
<i>O conceito de Salário Decente (decent wage)</i>	56
<i>O conceito de Salário Digno (living wage) nas organizações internacionais</i>	58
1.5. As iniciativas de <i>Living Wage</i>	61
<i>As origens do Living Wage nos EUA</i>	61
<i>As origens do Living Wage no Reino Unido</i>	63
<i>Outras iniciativas recentes na Europa</i>	64
<i>O enquadramento do Living Wage na legislação da União Europeia</i>	65
1.6. Metodologias de cálculo do <i>Living Wage</i>	68

1.7. Quadro analítico de uma política de Salário Digno	70
1.8. Notas conclusivas	77
Referências bibliográficas	77

CAPÍTULO 2 – UMA LIÇÃO DE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS 83

JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA

2.1. Introdução	83
2.2. Os EUA e as experiências locais de <i>Living Wage</i>	85
2.3. O Reino Unido e as práticas salariais voluntárias de <i>Living Wage</i>	89
2.4. As experiências de <i>Living Wage</i> no Canadá e na Nova Zelândia	92
<i>Canadá</i>	93
<i>Nova Zelândia</i>	95
2.5. Iniciativas de <i>Living Wage</i> na União Europeia	98
<i>A experiência da Eslovénia</i>	99
<i>A Diretiva (EU) 2022/2041 (DSMA)</i>	101
<i>Situação concreta de alguns países da UE</i>	103
<i>Potenciais efeitos da Diretiva na União Europeia</i>	104
2.6. Notas conclusivas	106
Referências bibliográficas	107

PARTE II

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS DE RENDIMENTO

CAPÍTULO 3 – POLÍTICA DE RENDIMENTOS: QUADRO INSTITUCIONAL, ATORES SOCIAIS E POLÍTICAS 113

MARGARIDA ANTUNES

3.1. Introdução	113
3.2. Redistribuir os rendimentos primários	115
3.3. Reduzir o desequilíbrio externo e controlar a taxa de inflação	118
3.4. Reduzir os custos de produção: uma nova interpretação do salário na política económica	123
<i>Promover o investimento e reduzir a taxa de inflação</i>	125
<i>Reduzir a taxa de inflação</i>	128
3.5. Criar capacidade de resposta a choques económicos: a nova função do salário na Zona Euro	132
<i>Garantir a estabilidade dos preços e a competitividade da economia</i>	134
<i>Promover as exportações através da desvalorização interna</i>	137
3.6. Recuperar rendimentos e valorizar os salários	143
3.7. Reflexão final	148
Referências bibliográficas	150

CAPÍTULO 4 – O QUADRO JURÍDICO DA CONTRATAÇÃO COLETIVA: ALGUMAS QUESTÕES	153
JOÃO LEAL AMADO	
4.1. Direito do Trabalho: um esboço	153
4.2. A convenção coletiva do trabalho e o princípio do <i>favor laboratoris</i> em xequê	158
4.3. O âmbito temporal da convenção coletiva	167
<i>A magna questão</i>	167
<i>Contratação coletiva e arbitragem: um trunfo contra a «denúncia vazia»?</i>	170
<i>Contratação coletiva e arbitragem necessária: um trunfo contra o vazio normativo?</i>	171
4.4. Conclusão	174
<i>Sindicato: uma figura obsoleta?</i>	178
Referências bibliográficas	180
 CAPÍTULO 5 – SALÁRIO MÍNIMO: DIMENSÃO HISTÓRICA E REALIDADE ATUAL	 181
JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA	
5.1. Introdução	181
5.2. A Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) em Portugal	183
5.3. Os antecedentes da criação do Salário Mínimo Nacional	187
<i>O papel da Organização Internacional do Trabalho (OIT)</i>	187
<i>Experiências internacionais de Salário Mínimo</i>	191
<i>As condições internas</i>	192
<i>A Primavera Marcelista</i>	194
5.4. A criação do Salário Mínimo Nacional em 1974 e desenvolvimentos posteriores	198
5.5. O papel da concertação social e o Código do Trabalho	206
5.6. Os Acordos Tripartidos sobre o Salário Mínimo	210
5.7. Notas conclusivas	213
Referências bibliográficas	214
Anexo: Legislação sobre a Remuneração Mínima Mensal Garantida (1974–2024)	216
 CAPÍTULO 6 – O ABONO DE FAMÍLIA EM PORTUGAL: TRAJETÓRIA E CONFIGURAÇÃO ATUAL	 221
ELVIRA PEREIRA	
6.1. Introdução	221
6.2. A trajetória do abono de família em Portugal: de complemento salarial a prestação de combate à pobreza	222
<i>As origens no Estado Novo</i>	222
<i>O 25 de Abril e a consagração do Abono de Família como direito da criança</i>	225
<i>O Abono de Família como subsistema da proteção familiar</i>	226

<i>Uma retração pronunciada do Abono de Família</i>	228
<i>Uma reconfiguração do Abono de Família</i>	229
<i>A expansão recente do Abono de Família</i>	230
<i>Uma síntese quantitativa da trajetória seguida desde 2003</i>	233
6.3. Caracterização do desenho da prestação abono de família em Portugal	237
<i>Os princípios básicos e as condições de atribuição</i>	237
<i>A modulação por rendimento do agregado familiar e a definição dos escalões</i>	238
<i>A diferenciação das prestações por rendimento e idade e a sua adequação</i>	240
<i>As majorações para famílias numerosas e para famílias monoparentais e a bolsa de estudo</i>	243
<i>Contribuição do abono de família para a garantia de um rendimento adequado em Portugal</i>	244
6.4. Notas conclusivas	247
Referências bibliográficas	248

CAPÍTULO 7 – A FISCALIDADE DIRETA SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO 249

JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA

7.1. Introdução	249
7.2. As regras do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	250
7.3. O mínimo de existência para o IRS	253
7.4. As regras de deduções fiscais e o quociente familiar do IRS	256
<i>Deduções específicas</i>	257
<i>Quociente familiar</i>	257
<i>Taxas marginais de imposto</i>	259
<i>Deduções à coleta</i>	259
7.5. Efeitos do sistema atual da tributação direta	260
<i>Quadro geral das hipóteses</i>	260
<i>Análises de simulação</i>	262
7.6. Uma visão de síntese: variáveis de política de salário digno	267
Referências bibliográficas	268

PARTE III DIAGNÓSTICO DOS BAIXOS SALÁRIOS

CAPÍTULO 8 – BAIXOS SALÁRIOS, POLARIZAÇÃO LABORAL E POBREZA FAMILIAR 271

JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA

8.1. Introdução	271
8.2. As desigualdades salariais num mercado de trabalho polarizado	274
<i>Polarização do mercado de trabalho</i>	274

<i>Polarização do mercado de trabalho em Portugal</i>	277
<i>Diferenças salariais em Portugal</i>	282
8.3. Pobreza no trabalho num mercado polarizado	283
8.4. Quem são (e porque são) os trabalhadores pobres?	288
8.5. Pobreza e défice social dos agregados e a pobreza no trabalho	291
8.6. Para uma política de salário digno: reflexões iniciais	296
8.7. Notas conclusivas	297
Referências bibliográficas	299
Anexo	301
 CAPÍTULO 9 – DAS REMUNERAÇÕES MÍNIMAS DA CONTRATAÇÃO COLETIVA ÀS REMUNERAÇÕES EFETIVAS	 303
MARGARIDA ANTUNES	
9.1. Introdução	303
9.2. A realidade da contratação coletiva	305
<i>Cobertura e estrutura dos IRCT</i>	305
<i>Remunerações mínimas convencionais</i>	314
9.3. Políticas salariais do sector empresarial	320
9.4. Formação dos salários mais baixos: um contributo a partir do sector da Construção	324
9.5. Notas conclusivas	335
Referências bibliográficas	336
 CAPÍTULO 10 – EFEITOS ECONÓMICOS DO SALÁRIO MÍNIMO	 339
JOÃO CEREJEIRA	
10.1. Introdução	339
10.2. O salário mínimo e o emprego	341
10.3. Salário mínimo em Portugal: evolução recente	343
10.4. A relação entre salário mínimo e (des)emprego: um ensaio para o caso português	346
10.5. Para além do emprego: impactos do salário mínimo na desigualdade	351
10.6. O salário mínimo e a competitividade das empresas	352
10.7. Notas conclusivas	353
Referências bibliográficas	355
 CAPÍTULO 11 – DESIGUALDADES SALARIAIS	 357
FREDERICO CANTANTE & PEDRO ESTÊVÃO	
11.1. Introdução	357
11.2. Enquadramento analítico	358
11.3. A evolução da desigualdade remuneratória em Portugal e os efeitos do salário mínimo	361

11.4. A cobertura do salário mínimo nacional e a sua incidência categorial e sectorial	366
11.5. Recomposições categoriais e sectoriais da distribuição dos salários	368
<i>Sexo</i>	369
<i>Idade</i>	370
<i>Escolaridade</i>	371
<i>Vínculos contratuais</i>	372
<i>Atividade económica</i>	374
11.6. Notas conclusivas	375
Referências bibliográficas	376
 CAPÍTULO 12 – SALÁRIOS DOS JOVENS EM PORTUGAL	379
PAULO MARQUES, RITA GUIMARÃES & ALEXANDRE MERGULHÃO	
12.1. Introdução	379
12.2. Os salários dos jovens ao longo do passado recente	381
12.3. Educação	389
12.4. Análise sectorial	398
12.5. Instituições de regulação do mercado de trabalho e os salários dos jovens	401
<i>Contratos de trabalho e salários dos jovens</i>	401
<i>Salário mínimo e salários dos jovens</i>	403
12.6. Notas conclusivas	409
Referências bibliográficas	412
 CAPÍTULO 13 – SALÁRIOS BAIXOS E ESTRATÉGIAS FAMILIARES	415
LINA COELHO	
13.1. Introdução	415
13.2. O conceito de estratégia familiar	417
<i>A família como unidade de análise</i>	417
<i>O conceito de estratégia aplicado à realidade familiar</i>	420
<i>Estratégia familiar enquanto conceito de natureza indutiva</i>	422
13.3. Metodologia seguida na análise	424
<i>Entrevistas diádicas</i>	425
<i>Breve caracterização das famílias</i>	426
<i>Caracterização da amostra</i>	427
13.4. Apresentação e discussão de resultados	429
<i>A consciência da pobreza e as experiências de gestão da escassez</i>	429
<i>Práticas económicas de mercado</i>	432
<i>Práticas económicas não mercantis</i>	436
<i>Práticas económicas de mercado alternativas (mercado «negro» e «cinzento»)</i>	444

13.5. Breve análise dos resultados	445
13.6. Notas conclusivas	446
Referências bibliográficas	448

CAPÍTULO 14 – UM SISTEMA DE PENSÕES ANCORADO NO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

MARIA CLARA MURTEIRA

14.1. Introdução	451
14.2. Dignidade humana e segurança social	453
14.3. O princípio da dignidade na relação laboral e a conceção mercantil do trabalho	456
14.4. O papel da política social na desmercadorização do trabalho	458
14.5. Pensão digna: do acesso a um nível básico de rendimento à garantia da continuidade do rendimento	460
<i>Do cálculo do salário digno (living wage) ao cálculo da pensão digna</i>	462
14.6. As regras que asseguram a continuidade do rendimento na reforma	464
<i>O sentido da trajetória de reformas das pensões em Portugal</i>	465
14.7. Indicadores de desproteção dos trabalhadores idosos	469
<i>Descontinuidade do rendimento na reforma: o distanciamento crescente das pensões médias em relação aos rendimentos correntes</i>	472
<i>Níveis mínimos de pensões abaixo do necessário para poder viver dignamente</i>	479
14.8. Notas conclusivas	481
Referências bibliográficas	482

PARTE IV SIMULAÇÃO DE POLÍTICAS

CAPÍTULO 15 – DO RENDIMENTO FAMILIAR ADEQUADO AO SALÁRIO DIGNO

JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA & ELVIRA PEREIRA

15.1. Introdução	487
15.2. Estimativa do Salário Digno (<i>Living Wage</i>): aspectos gerais de método	489
15.3. Rendimento familiar adequado em 2014: método e resultados	495
<i>O método raP</i>	495
<i>O funcionamento dos grupos de discussão (focus groups — FG)</i>	499
<i>Alguns resultados para 2014</i>	501
15.4. Rendimento Familiar adequado em 2020–2023: o efeito da variação dos preços	503
15.5. Rendimento Familiar adequado em 2022: o efeito de medidas de política	506
<i>Taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde</i>	506

<i>Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos</i>	507
<i>Gratuidade de manuais escolares</i>	508
<i>Gratuidade das creches</i>	509
15.6. Rendimento Familiar adequado em 2022: variações nas rendas	511
15.7. Do Rendimento Familiar Adequado (<i>Minimum Income Standard</i>) ao Salário Digno (<i>Living Wage</i>)	513
15.8. Notas conclusivas	515
Referências bibliográficas	516
Anexos	518
 CAPÍTULO 16 – POSIÇÃO DOS PARCEIROS SOCIAIS SOBRE UMA POLÍTICA DE SALÁRIO DIGNO	 527
ELVIRA PEREIRA & JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA	
16.1. Introdução	527
16.2. Posição dos parceiros sociais sobre a ideia de Salário Digno (<i>Living Wage</i>) para Portugal	530
16.3. Valor do salário mínimo e valores de referência	535
16.4. Exequibilidade de uma política de salário digno: formas de lidar com a heterogeneidade de trabalhadores e empresas	537
16.5. A adesão voluntária das empresas ao salário digno	540
16.6. Viabilidade económica e a aceitabilidade social de diferentes cenários	541
16.7. Notas conclusivas	547
Referências bibliográficas	547
 CAPÍTULO 17 – POSICIONAMENTO DAS EMPRESAS SOBRE UMA POLÍTICA DE SALÁRIO DIGNO	 549
JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA, ELVIRA PEREIRA & ANA ESGAIO	
17.1. Introdução	549
17.2. Metodologia seguida	550
17.3. Diversidade de práticas salariais das empresas	554
<i>Desigualdades salariais na empresa</i>	555
<i>Práticas empresariais de salário mínimo e de responsabilidade social</i>	557
<i>Racionalidades empresariais nas práticas salariais</i>	561
17.4. Opinião sobre a atual política de salário mínimo	565
17.5. Opinião sobre uma possível política nacional de salário digno	575
17.6. Política nacional vs. adesão voluntária a práticas de salário digno	582
17.7. Notas conclusivas	584
Referências bibliográficas	587
Anexo	589

CAPÍTULO 18 – CENÁRIOS DE POLÍTICA DE SALÁRIO DIGNO: ANÁLISES DE SIMULAÇÃO	593
JOSÉ ANTÓNIO PEREIRINHA & ELVIRA PEREIRA	
18.1. Introdução	593
18.2. Quadro geral das hipóteses sobre o valor do salário digno	595
<i>Valores do salário mínimo: dois cenários</i>	596
18.3. Formulação dos cenários considerados nas simulações	599
<i>Abono de família</i>	599
<i>Majoração do abono de família</i>	600
<i>Fundo de garantia de alimentos devida a menores</i>	603
<i>O Cenário A</i>	604
<i>O Cenário B</i>	605
18.4. Variantes dos cenários: hipóteses alternativas dos aumentos salariais	606
18.5. Simulação de Políticas de Salário Digno	608
18.5.1. Aumentos do salário mínimo	610
18.5.2. Efeitos <i>spillover</i> do aumento do salário mínimo	615
18.5.3. Aumento do valor das transferências familiares	620
<i>Abono de família</i>	621
<i>Majoração do abono de família</i>	621
18.5.4. Ajustamento das variáveis fiscais	626
18.6. Avaliação final dos cenários da Política Nacional do Salário Digno	629
<i>Pobreza monetária</i>	630
<i>Desigualdade do rendimento</i>	632
<i>Despesa Pública e custos salariais: os trade-off da PNSD</i>	633
18.7. Notas conclusivas	636
Referências bibliográficas	638
NOTAS CONCLUSIVAS	641

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5.1 Evolução da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) em termos nominais, 1974–2024	201
Quadro 5.2 Comparação do SMN com os salários médios nacionais	205
Quadro 5.3 Número de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo nacional para alguns sectores	206
Quadro 6.1 Limiares dos escalões de rendimento de referência	239
Quadro 6.2 Montantes do abono de família de acordo com o escalão de rendimento de referência em 2025	240
Quadro 7.1 Cálculo do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	252
Quadro 7.2 Evolução do mínimo de existência do IRS desde a sua criação	254
Quadro 7.3 Adequação do valor do mínimo de existência para uma pessoa solteira	256
Quadro 7.4 Quociente familiar IRS e escalas de equivalência	258
Quadro 7.5 IRS taxa marginal de imposto 2022	259
Quadro 7.6 Cenários alternativos de rendimento de famílias hipotéticas	261
Quadro 7.7 Parâmetros da Política Fiscal (IRS)	267
Quadro 8.1 Composição do emprego por conta de outrem segundo a natureza das tarefas desempenhadas (2020)	279
Quadro 8.2 Composição do emprego por conta de outrem por tipos de tarefas, segundo o nível de instrução mais elevado alcançado (2020)	280
Quadro 8.3 Composição do emprego por conta de outrem dos ramos de atividade, pelo tipo de tarefas (2020)	281
Quadro 8.4 Salários anuais por tipos de tarefas (2020)	283
Quadro 8.5 Salários médios anuais por tipos de tarefas, para o total dos trabalhadores e para os trabalhadores a tempo inteiro (2019)	284
Quadro 8.6 Razões para os trabalhadores empregados trabalharem menos de 30 horas por semana (2020)	285

Quadro 8.7 Distribuição dos trabalhadores empregados a tempo inteiro por níveis de salário monetário (2019)	287
Quadro 8.8 Trabalhadores de baixos salários por atributos individuais dos trabalhadores (sexo e idade) (2020)	288
Quadro 8.9 Trabalhadores a tempo inteiro com baixos salários, por características do emprego (2020)	290
Quadro 8.10 Pobreza relativa e défice social nos agregados em idade ativa em Portugal (2019)	292
Quadro 8.11 Composição interna dos agregados familiares em trabalhadores de baixos salários	294
Quadro 8.12 Pobreza no trabalho em agregados familiares sem filhos (2020)	295
Quadro 8.13 Pobreza no trabalho em agregados familiares com filhos (2020)	295
Quadro 8.14 Adequação do Salário Mínimo Nacional (SMN) em Portugal (2019)	296
Quadro A8.1 Classificação dos trabalhadores pela natureza das tarefas das suas profissões (ISCO-08) (2020)	301
Quadro 10.1 Resultados da estimação do modelo por mínimos quadrados	351
Quadro 11.1 Trabalhadores abrangidos pelo SMN e taxa de cobertura do SMN, por sexo, grupo etário, nível de escolaridade e atividade económica, Portugal continental (2021) (N.º e %)	367
Quadro 12.1 Distribuição dos Jovens por Grau de Habilitação Literária, 2021	390
Quadro 12.2 Distribuição salarial de jovens e adultos por área de formação	396
Quadro 12.3 Ensino geral e ensino técnico-profissional entre jovens e adultos	398
Quadro 14.1 Principais Alterações Regulamentares	470
Quadro 14.2 Indicadores de disparidade de género	476
Quadro 14.3 Rendimento Auferido em relação ao Rendimento Adequado (raP)	480
Quadro 15.1 Orçamentos familiares de referência para tipos familiares de pessoas em idade ativa: despesa anual em euros em 2014	502
Quadro 15.2 Ponderadores associados aos orçamentos familiares raP tendo por referência um indivíduo em idade ativa a viver só, sem filhos a residirem consigo	503
Quadro 15.3 IPC (2014=100.0) por itens dos orçamentos raP para atualização 2020 a 2023	504
Quadro 15.4 Valores atualizados pelo IPC do Rendimento Adequado (valores anuais em euros) e da Escala de Equivalência para os anos 2020 a 2023	505
Quadro 15.5 Efeitos no rendimento adequado em 2022 de medidas de política	510
Quadro 15.6 Efeitos no rendimento adequado em 2022 de diferentes hipóteses para as rendas	512
Quadro 15.7 Valores alternativos de salário digno em 2022	515
Quadro A15.1 Orçamentos de referência de uma pessoa em idade ativa a viver só	518
Quadro A15.2 Orçamentos de referência de um casal de pessoas em idade ativa sem filhos a viverem consigo	519

Quadro A15.3 Orçamentos de referência de um casal de pessoas em idade ativa com um filho menor a viver consigo	520
Quadro A15.4 Orçamentos de referência de um casal de pessoas em idade ativa com dois filhos menores a viverem consigo	521
Quadro A15.5 Orçamentos familiares de família monoparental com um filho menor a viver consigo	522
Quadro A15.6 Orçamentos de referência de uma pessoa idosa (homem) a viver só	523
Quadro A15.7 Orçamentos de referência de uma pessoa idosa (mulher) a viver só	524
Quadro A15.8 Orçamentos de referência de um casal de idosos	525
Quadro 16.1 Adequação do Salário Mínimo Nacional (SMN) em Portugal (2017)	542
Quadro 16.2 Do Rendimento Adequado familiar ao Salário Digno: exercício de simulação preliminar	543
Quadro 16.3 Alterações na distribuição do rendimento salarial	545
Quadro 16.4 Cenários de política de Salário Digno em Portugal para 2017	546
Quadro 17.1 Distribuição das empresas por sector de atividade e região, no IESD 2024	552
Quadro 17.2 Distribuição das empresas por sector de atividade e por escalões de dimensão (n.º trabalhadores), no IESD 2014	553
Quadro 17.3 Distribuição das empresas por sector de atividade e ambiente económico percecionado, no IESD 2014	554
Quadro 17.4 Relação entre o salário mais elevado e o mais baixo por ramos de atividade, no IESD 2024	555
Quadro 17.5 Relação entre o salário mais elevado e o mais baixo por dimensão das empresas, no IESD 2024	556
Quadro 17.6 Opinião dos gestores sobre as diferenças salariais na empresa, no IESD 2024	557
Quadro 17.7 Empresas no IESD 2024 que têm trabalhadores a ganhar o salário mínimo nacional, por ramo de atividade e dimensão da empresa	558
Quadro 17.8 Razões para a inexistência de trabalhadores a receberem o SMN na empresa, no IESD 2024	560
Quadro 17.9 Lógicas de racionalidade empresarial para a decisão de pagar salários mínimos mais elevados	563
Quadro 18.1 Valores alternativos de salário digno em 2022	598
Quadro 18.2 Pacote de Políticas (simulação 2022) — Cenário A	601
Quadro 18.3 Pacote de Políticas (simulação 2022) — Cenário B	602
Quadro 18.4 Cenários das variações salariais	607
Quadro 18.5 Plano de simulações de Política Nacional de Salário Digno (PNSD)	609
Quadro 18.6 Rendimento das Famílias e Receitas e Despesas do Estado (2022, milhões de euros) — simulações A1_1 e B1_1	610

Quadro 18.7 Rendimento Disponível Médio por Adulto Equivalente (2022, euros mensais) — simulações A1_1 e B1_1	611
Quadro 18.8 Indicadores de Desigualdade do Rendimento e de Pobreza Monetária — simulações A1_1 e B1_1	613
Quadro 18.9 Incidência da Pobreza Monetária — simulações A1_1 e B1_1	614
Quadro 18.10 Rendimento das Famílias e Receitas e Despesas do Estado (2022, milhões de euros) — simulações A1_2 e B1_2	616
Quadro 18.11 Rendimento Disponível Médio por Adulto Equivalente (euros mensais) — simulações A1_2 e B1_2	617
Quadro 18.12 Indicadores de Desigualdade do Rendimento e de Pobreza monetária — simulações A1_2 e B1_2	619
Quadro 18.13 Incidência da Pobreza Monetária — simulações A1_2 e B1_2	620
Quadro 18.14 Rendimento das Famílias e Receitas e Despesas do Estado (2022, milhões de euros) — simulações A2 e B2	622
Quadro 18.15 Rendimento Disponível Médio por Adulto Equivalente (euros mensais) — simulações A2 e B2	623
Quadro 18.16 Indicadores de Desigualdade do Rendimento e de Pobreza Monetária — simulações A2 e B2	624
Quadro 18.17 Incidência da Pobreza Monetária — simulações A2 e B2	625
Quadro 18.18 Rendimento disponível médio por adulto-equivalente e incidência da Pobreza Monetária por tipos de agregados familiares — comparação se simulações	627
Quadro 18.19 Indicadores de Desigualdade do Rendimento e de Pobreza Monetária — comparação de simulações	628
Quadro 18.20 Impacto orçamental das simulações de Política Nacional de Salário Digno	635

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 Salário Digno em Portugal: quadro analítico	73
Figura 5.1 RMMG mensalizada a preços constantes de 2023 (euros)	202
Figura 5.2 Evolução da RMMG da indústria (série 1) e da agricultura (série 2) (1974–1990) (valores reais a preços de 1974)	203
Figura 5.3 Evolução da RMMG da indústria e agricultura (série 4) e do serviço doméstico (série 3) (1991–2003) (valores reais a preços de 1974)	204
Figura 6.1 Número de beneficiários e valor processado do abono de família para crianças e jovens	233
Figura 6.2 Evolução dos montantes do abono de família por escalão de rendimento e escalão etário da criança ou jovem entre 2003 e 2025	234
Figura 6.3 Evolução dos limites que definem os escalões de rendimento e rendimento de referência (RR) para dois adultos e um adulto, com uma criança, onde todos os adultos recebem a RMMG (valores mensalizados)	237
Figura 6.4 Evolução dos montantes do abono de família e de alguns valores de referência entre 2022 e 2025	242
Figura 6.5 Componentes do rendimento disponível e comparação com o limiar de pobreza e o rendimento adequado para diferentes agregados familiares em 2021	246
Figura 7.1 Evolução do mínimo de existência do IRS em comparação com o SMN e o IAS	255
Figura 7.2 Família A00 - Pessoa em idade ativa que vive só	263
Figura 7.3 Família A01 e A01+ Monoparental com 1 filho menor	264
Figura 7.4 Família AA0 – Casal de ativos sem filhos	265
Figura 7.5 Família AA1 – Casal de ativos com 1 filho menor	266
Figura 7.6 Família AA2 – Casal de ativos com 2 filhos menores	266
Figura 9.1 Taxa de cobertura das convenções coletivas e das PCT em vigor	306
Figura 9.2 Taxa de cobertura das convenções coletivas e das PCT publicadas, taxa de atualização das convenções coletivas e das PCT em vigor e portarias de extensão publicadas anualmente	308
Figura 9.3 Taxa de cobertura das convenções coletivas e das PCT em vigor, TCO abrangidos e totalidade de TCO	309

Figura 9.4 Convenções coletivas por modalidade e PCT, em vigor	311
Figura 9.5 Convenções coletivas por modalidade e PCT, publicação anual	312
Figura 9.6 TCO por modalidade de convenção coletiva e PCT, em vigor	313
Figura 9.7 TCO por modalidade de convenção coletiva e PCT, publicação anual	313
Figura 9.8 TCO potencialmente abrangidos pelas convenções coletivas e pelas PCT publicadas anualmente (totalidade e com alteração salarial) e taxa de atualização salarial das convenções coletivas e das PCT em vigor	315
Figura 9.9 Alterações salariais convencionais, variação nominal e real	317
Figura 9.10 Remuneração base média mensal, totalidade de TCO, por modalidade de convenção coletiva e PCT em vigor e TCO não abrangidos	319
Figura 9.11 Remuneração base média mensal, totalidade de TCO, por modalidade de convenção coletiva e PCT em vigor e TCO não abrangidos, taxa de variação	320
Figura 9.12 TCO por modalidade de convenção coletiva e PCT em vigor, sector da Construção	326
Figura 9.13 Taxa de cobertura, por modalidade de convenção coletiva e PCT em vigor, sector da Construção	327
Figura 9.14 TCO potencialmente abrangidos pelas convenções coletivas e pelas PCT publicadas anualmente com alteração salarial e variações salariais convencionais, variação nominal, sector da Construção	328
Figura 9.15 Salário mensal, retribuição mínima convencional e RMMG, sector da Construção	331
Figura 10.1 Evolução do Salário Mínimo Nacional, nominal e real	344
Figura 10.2 Taxas de crescimento reais do ganho salarial médio e do Salário Mínimo Nacional	345
Figura 10.3 Índice de Kaitz: Portugal numa comparação internacional	346
Figura 10.4 Taxas de Desemprego e Índice de Kaitz	347
Figura 11.1 Desigualdade na distribuição dos ganhos (rácios S80/S20 e S90/S10), Portugal continental (2000–2021)	362
Figura 11.2 Variação do ganho médio mensal, por decil, e do SMN, Portugal continental (p.p.)	364
Figura 11.3 Trabalhadores abrangidos pelo SMN, Portugal continental (2002–2021) (N.º e %)	366
Figura 11.4 Proporção de mulheres na população empregada por conta de outrem do sector privado e por quintil de ganho, Portugal continental (2000, 2013 e 2021) (%)	370
Figura 11.5 Proporção de jovens (menos de 35 anos) na população empregada por conta de outrem do sector privado e por quintil de ganho, Portugal continental (2000, 2013 e 2021) (%)	371

Figura 11.6 Proporção de graduados do ensino superior na população empregada por conta de outrem do sector privado e por quintil de ganho, Portugal continental (2000, 2013 e 2021) (%)	372
Figura 11.7 Proporção de trabalhadores com contratos sem termo na população empregada por conta de outrem do sector privado e por quintil de ganho, Portugal continental (2000, 2013 e 2021) (%)	373
Figura 11.8 Proporção de trabalhadores dos sectores I e N na população empregada por conta de outrem do sector privado e por quintil de ganho, Portugal continental (2000, 2013 e 2021) (%)	375
Figura 12.1 Milhares de trabalhadores jovens e adultos e peso dos jovens no total dos trabalhadores	382
Figura 12.2 Ganhos brutos mensais dos jovens e adultos: valores nominais e valores reais	384
Figura 12.3 Ganhos brutos mensais reais por faixa etária	385
Figura 12.4 Ganhos mensais reais dos jovens e dos adultos: média, mediana e percentis	386
Figura 12.5 Ganhos mensais reais dos jovens e dos adultos: medidas de desigualdade	387
Figura 12.6 Percentagem de trabalhadores que auferem salários baixos por faixa etária	388
Figura 12.7 Evolução real dos salários dos jovens (a) e dos adultos (b) por nível de escolaridade: 2006–2021	392
Figura 12.8 Percentagem de jovens e adultos sobrequalificados	393
Figura 12.9 Evolução dos ganhos reais dos trabalhadores sobrequalificados e não sobrequalificados	395
Figura 12.10 Percentagem dos jovens em cada sector e respetivos salários médios em 2021	399
Figura 12.11 Percentagem dos trabalhadores com salários baixos por sector económico em 2021	400
Figura 12.12 Distribuição dos jovens por tipo de contrato em 2002 e 2021	402
Figura 12.13 Ganhos brutos reais dos jovens e adultos por tipo de contrato em 2021	403
Figura 12.14 Evolução dos ganhos brutos reais dos jovens por tipo de contrato	404
Figura 12.15 Evolução nominal do salário mínimo em Portugal, 2002–2021	405
Figura 12.16 Percentagem dos jovens e adultos com salários brutos iguais ao salário mínimo	406
Figura 12.17 Resposta a aumentos do salário mínimo nos contratos a tempo completo (TC), tempo parcial (TP) e Percentil 10 (P10)	407
Figura 12.18 Percentagem de jovens e adultos com ganhos inferiores ao salário mínimo	408

Figura 12.19 Salário mínimo e salários de referência em valores reais	409
Figura 12.20 Percentagem de jovens e adultos que auferem salários baixos	411
Figura 14.1 Pensão Mínima em percentagem do Salário Mínimo Nacional (líquido)	471
Figura 14.2 Pensão Média em percentagem da Remuneração Média (base)	473
Figura 14.3 Pensão Média em percentagem da Remuneração Mínima Mensal Garantida (líquida)	474
Figura 14.4 Desvio da Pensão Média em relação ao Limiar de Pobreza	475
Figura 14.5 Pensão Média em percentagem da Remuneração Média (base), por sexo	476
Figura 14.6 Pensão Média em percentagem do Salário Mínimo Nacional líquido, por sexo	477
Figura 14.7 Desvio da Pensão Média em relação ao Limiar de Pobreza, por sexo	478
Figura 15.1 Do rendimento familiar adequado ao salário digno: processo de cálculo e sua atualização	495
Figura 17.1 Empresas no IESD 2024 que têm trabalhadores a ganhar o salário mínimo nacional, por ramo de atividade e dimensão da empresa	558
Figura 17.2 Razões para a inexistência de trabalhadores a receberam o SMN na empresa, no IESD 2024	561
Figura 17.3 Racionalidades empresariais para pagamento de salários mínimos mais elevados nas empresas com trabalhadores e receber o SMN (em %), no IESD 2024	564
Figura 17.4 Opinião dos gestores sobre o nível a que se encontra atualmente fixado o SMN, no IESD 2024	565
Figura 17.5 Empresas que consideram inadequado ou economicamente viável o valor atual do SMN, segundo a sua dimensão, no IESD 2024	567
Figura 17.6 Opinião sobre inadequação e viabilidade económica do SMN atual, no IESD 2024	568
Figura 17.7 Opiniões sobre a inadequação e a viabilidade económica, em % das empresas segundo a racionalidade para pagar salários mais elevados do que o SMN, no IESD 2024	568
Figura 17.8 Opinião sobre regras alternativas de fixação do valor do SMN, no IESD 2024 (necessidade dos trabalhadores vs. capacidade das empresas para pagar)	570
Figura 17.9 Opinião sobre regras alternativas de fixação do valor do SMN, no IESD 2024 (necessidade dos trabalhadores vs. capacidades produtivas dos trabalhadores)	571
Figura 17.10 Opinião sobre regras alternativas de fixação do valor do SMN, no IESD 2024 (diferenciação regional do SMN)	572

Figura 17.11 A aproximação do salário mínimo ao salário mediano não constitui qualquer fator perturbador do ambiente laboral na empresa (% das empresas em cada grupo)	573
Figura 17.12 Opinião sobre cenários alternativos de aumentos salariais, no IESD 2024	573
Figura 17.13 Opções que poderiam ser prosseguidas pela empresa, se o governo decidisse que o Salário Mínimo Nacional passasse a ser 1025 euros mensais a partir de janeiro 2025 (% de empresas em cada grupo)	575
Figura 17.14 Opiniões sobre as responsabilidades das empresas na implementação de uma Política de Salário Digno, no IESD 2024	576
Figura 17.15 Opiniões sobre as responsabilidades do Estado na implementação de uma Política de Salário Digno, no IESD 2024	577
Figura 17.16 Opiniões sobre eventuais efeitos positivos, na sociedade, da implementação de uma Política de Salário Digno, no IESD 2024	578
Figura 17.17 Opiniões sobre eventuais efeitos negativos, sobre alguns trabalhadores, da implementação de uma Política de Salário Digno, no IESD 2024	579
Figura 17.18 Opinião sobre os eventuais efeitos na diminuição da pobreza no trabalho, da implementação de uma Política de Salário Digno, no IESD 2024	580
Figura 17.19 Opiniões sobre os eventuais efeitos de uma Política de Salário Digno sobre as empresas, no IESD 2024 (1.ª parte)	581
Figura 17.20 Opiniões sobre os eventuais efeitos de uma Política de Salário Digno sobre as empresas, no IESD 2024 (2.ª parte)	582
Figura 17.21 Posicionamento face a duas alternativas de práticas de Salário Digno (adesão voluntária vs. Política Nacional de Salário Digno), no IESD 2024 (%)	583
Figura 17.22 Taxa de adesão a uma eventual Política de Salário Digno por lógicas de racionalidade empresarial	584
Figura 18.1 Aumento (em € mensais) do rendimento disponível médio por adulto-equivalente por decis de rendimento familiar — simulações A1_1 e B1_1	612
Figura 18.2 Aumento (em € mensais) do rendimento disponível médio por adulto-equivalente por decis de rendimento familiar por adulto-equivalente — simulações A1_2 e B1_2	618
Figura 18.3 Aumento (em € mensais) do rendimento disponível médio por adulto-equivalente por decis de rendimento familiar por adulto-equivalente — simulações A2 e B2	623
Figura 18.4 Efeitos, na distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente do total dos agregados familiares, dos Cenários A e B de uma Política Nacional de Salário Digno	633

